

DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE RENDA

Eu, _____,
portador do RG nº _____, órgão expedidor _____ e
do CPF ____/____/____.____/____/____.____/____/____-____/____ residente no endereço

declaro, para os devidos fins, que não possuo renda formal ou informal.

Assumo inteiramente a responsabilidade perante o Art. 299, do Código Penal, que versa sobre declarações falsas, documentos forjados ou adulterados, constituindo em crime de falsidade ideológica, além disso, declaro que estou ciente de que a inveracidade das informações prestadas poderão indeferir a solicitação do candidato.

_____, ____/____/____

Assinatura do declarante

Reconhecer firma

DECLARAÇÃO DE PAGAMENTO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA

Eu, _____,
CPF: _____, documento de identidade: _____,
residente a _____,
declaro para os devidos fins que pago mensalmente a _____,
a quantia de R\$ (_____),
relativa a pensão alimentícia.

Assumo inteiramente a responsabilidade perante o Art. 299, do Código Penal, que versa sobre declarações falsas, documentos forjados ou adulterados, constituindo em crime de falsidade ideológica, além disso, declaro que estou ciente de que a inveracidade das informações prestadas poderão indeferir a solicitação do candidato.

_____, _____ de _____ de _____.

Assinatura do declarante

Reconhecer Firma

DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA CEDIDA

Eu, _____, portador(a) do RG nº _____, órgão expedidor _____ e do CPF nº _____, residente e domiciliado(a) _____ no _____ endereço _____, nº _____, bairro _____, município _____, UF _____, CEP _____, declaro para devidos fins de comprovação que cedi uma casa situada no endereço _____, nº _____, bairro _____, município _____, UF _____, CEP _____, para _____, portador(a) do RG nº _____, órgão expedidor _____ e do CPF nº _____, que reside no endereço citado acima.

Assumo inteiramente a responsabilidade perante o Art. 299, do Código Penal, que versa sobre declarações falsas, documentos forjados ou adulterados, constituindo em crime de falsidade ideológica, além disso, declaro que estou ciente de que a inveracidade das informações prestadas poderá indeferir a solicitação do candidato.

_____, _____ de _____ de 20____.

Assinatura do(a) Declarante

Reconhecer Firma

DECLARAÇÃO DE RENDA INFORMAL

Eu, _____,
portador (a) da carteira de identidade nº _____, órgão
de _____ expedição _____, e do CPF
nº _____, por não possuir outra forma de
comprovação de renda, declaro para devidos fins que exerço a função de
_____, com renda mensal
bruta de R\$ _____.

Assumo inteiramente a responsabilidade perante o Art. 299, do Código Penal,
que versa sobre declarações falsas, documentos forjados ou adulterados,
constituindo em crime de falsidade ideológica, além disso, declaro que estou
ciente de que a inveracidade das informações prestadas poderão indeferir a
solicitação do candidato.

_____, _____ de _____ de 20____.

Assinatura do declarante

Reconhecer Firma

DECLARAÇÃO DE NÃO RECEBIMENTO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA

Eu, _____,
CPF: _____, documento de identidade: _____,
residente a _____,
declaro para os devidos fins que não recebo pensão alimentícia do genitor de
meu/minha filho(a).

Assumo inteiramente a responsabilidade perante o Art. 299, do Código Penal,
que versa sobre declarações falsas, documentos forjados ou adulterados,
constituindo em crime de falsidade ideológica, além disso, declaro que estou
ciente de que a inveracidade das informações prestadas poderão indeferir a
solicitação do candidato.

_____, _____ de _____ de _____.

Assinatura do declarante

Reconhecer Firma

DECLARAÇÃO DE RENDA INFORMAL

Eu, _____,
portador (a) da carteira de identidade nº _____, órgão
de _____ expedição _____, e do CPF
nº _____, por não possuir outra forma de
comprovação de renda, declaro para devidos fins que exerço a função de
_____, com renda mensal
bruta de R\$ _____.

Assumo inteiramente a responsabilidade perante o Art. 299, do Código Penal,
que versa sobre declarações falsas, documentos forjados ou adulterados,
constituindo em crime de falsidade ideológica, além disso, declaro que estou
ciente de que a inveracidade das informações prestadas poderão indeferir a
solicitação do candidato.

_____, _____ de _____ de 20____.

Assinatura do declarante

Reconhecer Firma

Declaração de Isenção do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF)

Eu, _____, RG/CNH nº _____,
órgão expedidor: _____, UF: _____, CPF _____, endereço
_____, CEP _____,
cidade de _____, telefone(s) (____) _____, **DECLARO** ser
isento(a) da apresentação da Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física (DIRPF) no(s)
exercício(s) _____ por não incorrer em nenhuma das hipóteses de
obrigatoriedade estabelecidas pelas Instruções Normativas (IN) da Receita Federal do Brasil (RFB).

Esta declaração está em conformidade com a IN RFB nº 1548/2015 e a Lei nº 7.115/83*.

Declaro ainda, sob as penas da lei, serem verdadeiras todas as informações acima prestadas.

_____ de _____ de 20____.

Assinatura

*Esclarecemos que a Receita Federal do Brasil não emite declaração de que o(a) cidadão(ã) está isento(a) de apresentar a Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física (DIRPF), pois a Instrução Normativa RFB nº 1548, de 25 de fevereiro de 2015, regula que, a partir do ano de 2008, deixa de existir a Declaração Anual de Isento. Ademais, a Lei nº 7.115/83 assegura que a isenção poderá ser comprovada mediante declaração escrita e assinada pelo próprio interessado. Mais informações podem ser obtidas na página da RFB na *internet*, no seguinte endereço eletrônico: <http://receita.economia.gov.br/orientacao/tributaria/declaracoes-e-demonstrativos/dai-declaracao-anual-de-isento>

LEI Nº 7.115, DE 29 DE AGOSTO DE 1983.

Dispõe sobre prova documental nos casos que indica e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. . 1º - A declaração destinada a fazer prova de vida, residência, pobreza, dependência econômica, homonímia ou bons antecedentes, quando firmada pelo próprio interessado ou por procurador bastante, e sob as penas da Lei, presume-se verdadeira.

Parágrafo único - O dispositivo neste artigo não se aplica para fins de prova em processo penal.

Art. . 2º - Se comprovadamente falsa a declaração, sujeitar-se-á o declarante às sanções civis, administrativas e criminais previstas na legislação aplicável.

Art. . 3º - A declaração mencionará expressamente a responsabilidade do declarante.

Art. . 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. . 5º - Revogam-se as disposições em contrário.